



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

MENSAGEM Nº 234/2017-ALE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência para os fins constitucionais o incluso Autógrafo de Lei nº 736/2017, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de agosto de 2017.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente – ALE/RO**

RECEBIDO NA DITEL

Em 17 / 08 / 17

Horas 08 : 43

Por: Wemmu

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.  
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

## **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 736/2017**

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em favor da Unidade Orçamentária: Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE, para dar cobertura orçamentária às despesas de capital no presente exercício.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto do artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação, indicado no Anexo II desta Lei e no montante especificado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de agosto de 2017.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente – ALE/RO**





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 736/2017

### ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO				SUPLEMENTA
Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE			500.000,00
30.001.03.122.2043.2182	MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	4490	3212	500.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>RS 500.000,00</b>

### ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO				EXCESSO
Código	Especificação	Tipo	Fonte de Recurso	Valor
20000000	RECEITA DE CAPITAL	S		500.000,00
24000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	S		500.000,00
24700000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	S		500.000,00
24710000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	S		500.000,00
24719900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	A	3212	500.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>RS 500.000,00</b>





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA**

MENSAGEM N. 181 , DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 65, inciso III, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE."

Senhores Deputados, a presente propositura visa dar cobertura orçamentária às despesas de capital, à Unidade Orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), alocados na natureza de despesa constante do Anexo I, por solicitação e justificativas da referida Unidade Orçamentária, observadas no Ofício nº 155/2017-GAB/DPE, de 27 de março de 2017, e documentação que acompanha o Projeto de Lei em pauta.

Informo ainda que os recursos necessários à suplementação ora pretendida têm como objetivo atender ao Convênio nº 250/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ (aparelhamento e reestruturação da sede do núcleo da Defensoria Pública no município de Cacoal, por meio da aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos).

Assim sendo, busco o apoio de Vossas Excelências consoante os mandamentos legais dispostos no inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, tendo em vista a necessidade de reforço ao orçamento estadual para o presente exercício, com recurso até o montante citado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

  
**CONFÚCIO AIRES MOURA**  
Governador





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em favor da Unidade Orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE, para dar cobertura orçamentária às despesas de capital no presente exercício.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto do artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação, indicado no Anexo II desta Lei e no montante especificado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no centro da página.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				SUPLEMENTA
Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDONIA - DPE			500.000,00
30.001.03.122.2043.2182	MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	4490	3212	500.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 500.000,00</b>

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				EXCESSO
Código	Especificação	Tipo	Fonte de Recurso	Valor
20000000	RECEITA DE CAPITAL	S		500.000,00
24000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	S		500.000,00
24700000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	S		500.000,00
24710000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	S		500.000,00
24719900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	A	3212	500.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 500.000,00</b>



DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA

Ofício nº 155/2017-GAB/DPE

Porto Velho, 27 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
**GEORGE ALESSANDRO GONÇALVES BRAGA**  
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Av. Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Curvo 2 Edifício Rio Cautário - 6º Andar, Bairro  
Pedrinhas  
NESTA

*CPG/SEPOG*  
*P/Presidência*  
*28/03/17*

Assunto: **Solicita encaminhamento de projeto de lei para abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação visando à realização de convênio.**

*[Handwritten signature]*  
Pedro Antônio dos Santos  
Secretário Adjunto/SEPOG

Senhor Secretário,

Com os nossos cordiais cumprimentos, nos termos dos arts. 41, 135 e 136, da Constituição do Estado, e do art. 43, §1º, inciso II, e §3º, da Lei 4.320/1964, solicitamos o encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado, de projeto de lei que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, da fonte de recursos 3212 - Recursos de Convênios, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em favor da unidade orçamentária: 30001 – Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme indicação da programação orçamentária na minuta em anexo.

Informamos que o referido projeto de lei pretende dar cobertura orçamentária para o aparelhamento e reestruturação da sede do Núcleo da Defensoria Pública no Município de Cacoal, por meio do Convênio nº 840970/2016 entre a Defensoria Pública do Estado e o Ministério da Justiça, conforme documentação anexa.

Atenciosamente,

*[Handwritten signature]*

**ANTONIO FONTOURA COIMBRA**  
Defensor Público-Geral em Substituição

*CPG*  
*29/06/17*  
*12:15*  
*[Handwritten initials]*

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado do Planejamento e  
Orçamento e Gestão/SEPOG  
Recebido 27/06/17  
Horário 1:20  
Ass. RS



DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA

---

---

Projeto de Lei nº , de de de 2017.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação até o montante de R\$ 500.000,00 em favor da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional por excesso de arrecadação para dar cobertura orçamentária às despesas de capital, no presente exercício, até o montante de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, em favor da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação, indicados no Anexo II desta Lei e no montante especificado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em de de 2017, 129º da República.





DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA

ANEXO I  
CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO SUPLEMENTA

Código	Especificação (Unidade Orçamentária, Ação)	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
30.001.03.122.2043.2182	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	449052	3212	500.000,00
			TOTAL	500.000,00

ANEXO II  
CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO EXCESSO

Código	Especificação	Tipo	Fonte de Recurso	Valor
2.0.0.0.00.00	Receitas de Capital	S		500.000,00
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital	S		500.000,00
2.4.7.0.00.00	Transferências de Convênios	S		500.000,00
2.4.7.1.00.00	Transferências de Convênios da União e suas Entidades	S		500.000,00
2.4.7.1.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	A	3212	500.000,00
			TOTAL	500.000,00



Extrato conta corrente

A33R271047459899009  
27/08/2017 10:52:19

Cliente - Conta atual

Agência 2757-X  
Conta corrente 10115-X CONVENIO840970-2016  
Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
05/01/2017		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
Juros							0,00
Data de Debito de Juros							30/08/2017
IOF							0,00
Data de Debito de IOF							03/07/2017

-----  
OBSERVAÇÕES:  
-----

Transação efetuada com sucesso por: JB514098 ANA C S PINHEIRO.



3532311



08025.000117/2016-92

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**

Esplanada dos Ministérios Bloco T, Ed. Sede, 3º Andar, Sala 315 - Bairro Zona Cívico Administrativa,  
Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3856 e Fax: - www.justica.gov.br

Convênio Nº 250/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ

Processo Nº 08025.000117/2016-92

**CONVÊNIO** que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, e a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, CNPJ n.º 00394494/0072-20, através da **SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA**, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, CEP. 70.064-900, nesta Capital, neste ato, representado pelo Secretário Nacional de Justiça e Cidadania, **GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO**, nomeado mediante a Portaria n.º 884, de 01 de junho de 2016, CPF n.º 206.131.008-75, domiciliado nesta cidade à Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, 3º andar, sala 324, CEP. 70.064-900, Brasília-DF, inscrito no RG sob o n.º 20.871.075 – SSP/SP, e do CPF n.º 148.112.678-42, conforme atribuições previstas na Portaria n.º 276, de 10 de março de 2006, em seu art. 10 inciso VI, que aprovou o Regimento Interno da SRJ, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA** denominada **CONVENENTE**, CNPJ n.º 01.072.076/0001-95, representado pelo Defensor-Geral de Justiça, **MARCUS EDSON DE LIMA**, domiciliado à Rua Padre Chiquinho, n.913, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, CEP 76.801-490, portador do CPF n.276.148.728-19, **resolvem celebrar o presente CONVÊNIO**, de acordo com as normas contidas na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, na LDO/2016, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber, no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007 e suas alterações, na Portaria Interministerial MPOG/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011 e suas alterações, na Portaria MJ n.º 458, de 12 de abril de 2011, e na Portaria SRJ/MJ n.º 01/2012, com alterações pela Portaria n.º 04 de 20 de setembro de 2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente convênio tem por finalidade o aparelhamento e a reestruturação da sede do núcleo da Defensoria Pública no Município de Cacoal, por meio da aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, que passa a integrar este Convênio, independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

I – O **CONCEDENTE** obriga-se a:

- 1) Orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste **CONVÊNIO**;
- 2) Repassar ao **CONVENENTE** os recursos financeiros correspondentes ao objeto deste Convênio, obedecendo ao **Cronograma de Desembolso** constante do **Plano de Trabalho**, e observados as normas legais pertinentes e o disposto na **Cláusula Sexta**;
- 3) Prorrogar, de ofício, a vigência deste **CONVÊNIO**, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- 4) Orientar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado;
- 5) Designar servidor do **CONCEDENTE**, no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do extrato do instrumento, para atuar na condição de gestor, visando acompanhar, supervisionar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, informando ao **CONVENENTE** quando detectadas ocorrências de eventuais desvios, com a solicitação de que implemente, tempestivamente, as medidas saneadoras que se impõem fazer;
- 6) Analisar e aprovar a prestação de contas dos recursos da União e da contrapartida, aplicados na consecução do objeto deste **CONVÊNIO**, emitindo parecer sob o aspecto técnico, quanto à execução física e atendimento dos objetivos deste Convênio, e sob o aspecto financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de seu recebimento;
- 7) Solicitar todos os documentos comprobatórios de despesas efetuadas à conta dos recursos deste **CONVÊNIO**, para fins de fiscalização;
- 8) Examinar e aprovar a proposta de reformulação do Convênio, desde que não implique mudança do objeto;
- 9) Dar ciência da assinatura deste **CONVÊNIO** à Assembleia Legislativa, no prazo de 10 (dez) dias da celebração do instrumento;
- 10) Dar ciência ao **CONVENENTE** sobre qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos.

II – O **CONVENENTE** obriga-se a:

- 1) Executar as atividades pactuadas na **Cláusula Primeira**, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos no **Plano de Trabalho**;
- 2) Incluir em seu orçamento os recursos recebidos em transferência voluntária;
- 3) Individualizar em célula orçamentária específica cada empenho elaborado pelo concedente, de forma a tornar possível o acompanhamento individualizado da execução de suas despesas, por natureza de despesa, e tornando-as públicas quando da publicação do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) da aplicação dos recursos;
- 4) Informar ao concedente, tão logo seja publicado o QDD, os dados contábeis, nos códigos orçamentários constantes da nota de empenho, a serem utilizados para acompanhamento individualizado das metas financeiras do convênio
- 5) Promover o crédito dos recursos financeiros, referente à sua contrapartida, de acordo com o previsto neste Instrumento;
- 6) Movimentar os recursos por meio da conta bancária específica para este convênio;
- 7) Realizar pagamentos exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores

e prestadores de serviços, exceto quando o pagamento for devido a pessoa física que não possuir conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste Instrumento;

8) Aplicar e gerir os recursos repassados por força deste Instrumento, **inclusive** os resultantes de sua eventual aplicação no mercado financeiro, assim como aqueles oferecidos em contrapartida, em conformidade com o **Plano de Trabalho**, exclusivamente e tempestivamente, no cumprimento do objeto deste Convênio;

9) Adotar, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução do objeto deste Convênio, os procedimentos licitatórios de que trata a Lei n.º 8.666/1993, **inclusive** os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação e as disposições relativas a contratos, bem como empregar a modalidade pregão sempre que cabível, prevista na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto n.º 5.504 de 05 de agosto de 2005;

10) Prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento - CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, **inclusive** a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

11) Instaurar processo administrativo apuratório, **inclusive** processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao concedente;

12) Enviar ao **CONCEDENTE**, quando solicitado, relatório de execução físico-financeira do objeto pactuado;

13) Registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;

14) Fazer, mensalmente, a carga no SIMAP - Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONASCI, referente aos dados de indicadores e de sua evolução, bem como da execução orçamentária, financeira e física do convênio, de acordo com as diretrizes do mencionado Sistema;

15) Indicar formalmente o responsável ou os responsáveis por inserir as informações no SIMAP;

16) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste **CONVÊNIO**, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

17) Facilitar a supervisão e fiscalização pelo **CONCEDENTE**, permitindo-lhe, **inclusive**, o acompanhamento "in loco" e fornecendo, sempre que solicitados, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à aquisição e destinação dos equipamentos e materiais de consumo;

18) Permitir o livre acesso de servidores dos órgãos do controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União a processos, documentos, informações referentes a este Convênio e aos locais de execução do convênio;

19) Inserir cláusula nos contratos celebrados para a execução deste Convênio que permita o livre acesso dos servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, no que se refere ao objeto contratado;

20) Prestar contas dos recursos recebidos no SICONV, **inclusive** dos recursos da Contrapartida e das aplicações na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento;

21) Zelar pela conservação e manutenção dos bens adquiridos com recursos deste Convênio;

22) Assegurar a qualidade técnica das atividades desenvolvidas no âmbito deste Convênio;

23) Apresentar o Plano de Trabalho atualizado quando ocorrer o previsto no Parágrafo Único da Cláusula Segunda deste instrumento;

24) Restituir eventual saldo de recursos ao **CONCEDENTE**, **inclusive** os provenientes das receitas



obtidas das aplicações financeiras, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente Convênio;

25) Recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor corrigido da contrapartida pactuada quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do Convênio;

26) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal em toda e qualquer ação promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na **Cláusula Primeira**, e, obedecido o modelo – padrão estabelecido, nas embalagens, placas, painéis, outdoors e demais materiais de identificação do projeto custeados com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 31, de 10 de setembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 11/09/2003, da Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República (SECOM/PR);

27) Abster-se de utilizar, nos empreendimentos resultantes deste Convênio, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de rescisão do instrumento conveniado e o ressarcimento dos recursos aplicados, acrescidos dos encargos legais;

28) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrente de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto do Convênio, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o Convênio;

29) Garantir os direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial;

30) Incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria MPOG/CGU nº 507/2011, mantendo-os atualizados;

31) Cumprir as disposições do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

32) Caberá ao **CONVENENTE** providenciar e comprovar perante a **CONCEDENTE**, imediatamente após a aquisição, a efetiva utilização dos bens adquiridos no objeto pactuado, sob pena de adoção pelo **CONCEDENTE** das medidas previstas na legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Este Convênio vigorará, a partir da assinatura até 1º de dezembro de 2017, podendo ser alterado mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO**

O convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado, conforme previsto no art. 50 da Portaria Interministerial nº 507/2011, vedada a alteração do objeto aprovado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, os recursos destinados são da ordem de **R\$ 510.458,00**, sendo **R\$ 500.000,00** a cargo do **CONCEDENTE**, e **R\$ 10.458,00** a cargo do **CONVENENTE**, a título de Contrapartida.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para a execução das atividades previstas no presente exercício, os recursos são da ordem de **R\$ 500.000,00**, correspondentes ao Cronograma de Desembolso, aprovado pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, assim discriminados:

**I – RECURSOS DO CONCEDENTE - R\$ R\$ 500.000,00** à conta do Orçamento Fiscal da União (LDO/2016), Natureza da Despesa n.º 443041, Fonte de Recursos n.º 01000000, Notas de Empenho n.º 2016NE800925 – **RECURSOS DO CONVENIENTE – R\$ 10.458,00** relativos à contrapartida financeira, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, conforme consta no Plano de Trabalho e na Declaração de Contrapartida acostada aos autos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As despesas decorrentes da execução do presente **CONVÊNIO**, por parte do **CONCEDENTE** no exercício de 2016 serão da ordem de **R\$ 500.000,00**, consignados no Plano Plurianual, e correrão à conta de sua dotação orçamentária, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do Crédito e Nota de Empenho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de o objeto deste **CONVÊNIO** vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição pelo **CONCEDENTE**, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tanto do **CONCEDENTE** como do **CONVENIENTE**, conforme prevista no caput desta **CLÁUSULA**, devendo essa proporcionalidade de participação ser observada para efeito do cálculo de restituição ao **CONCEDENTE** do saldo não aplicado.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos financeiros serão liberados pelo **CONCEDENTE** em 02 (duas) parcelas, de acordo com o Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho, aprovado pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, sendo repassados à conta do Orçamento de 2016.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A liberação da parcela subsequente dependerá da análise da execução correspondente à parcela anterior, além de outros requisitos previstos na legislação pertinente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A liberação das parcelas do **CONVÊNIO** será suspensa até a correção das impropriedades e/ou irregularidades verificadas pelo **CONCEDENTE**, que notificará, de imediato, o **CONVENIENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido, apresentar justificativas ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As informações prestadas pelo **CONVENIENTE** serão analisadas no prazo de 10 (dez) dias, cujo descumprimento não implicará a aceitação das justificativas.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Caso não haja a regularização da pendência no prazo previsto, o ordenador de despesas da unidade concedente determinará a instauração da tomada de contas especial do responsável, procedendo ao registro de inadimplência do **CONVENIENTE** no Cadastro de Convênio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e no Cadastro Informativo de Crédito Não Quitado - CADIN.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos referentes ao presente **CONVÊNIO**, liberados pelo **CONCEDENTE** e pelo **CONVENIENTE**, serão mantidos, única e exclusivamente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os recursos deste Convênio, que só poderão ser utilizados de acordo com a previsão do Plano de Trabalho, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os rendimentos apurados em aplicações serão, obrigatoriamente, computados a crédito do **CONVÊNIO**, por meio de instrumento apropriado, e aplicados, exclusivamente, no objeto deste Convênio, sujeitos às mesmas condições da prestação de contas, e não podendo ser computados como contrapartida do **CONVENIENTE**.

### **CLÁUSULA NONA - DA GLOSA DE DESPESAS**

Serão glosadas as despesas realizadas em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de emergência, especialmente aquelas:

- a) Acrescidas de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- b) A título de taxa de administração, gerência ou similar;
- c) Relativas à prestação de serviços de consultoria, assistência técnica ou assemelhados, por servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta;
- d) Com data anterior ou posterior à vigência deste **CONVÊNIO**;
- e) Relativas à publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e desde que relacionadas ao objeto deste **CONVÊNIO** e das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e /ou de outras pessoas físicas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

É dever do **CONCEDENTE** exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e o acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, solicitando do **CONVENENTE** a imediata correção de eventuais desvios detectados. Poderá ainda o **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O **CONVENENTE** fica obrigada a apresentar a Prestação de Contas dos recursos orçamentários e financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**, dos recursos de Contrapartida e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, que deverá ser constituída dos seguintes documentos, peças técnicas e contábeis:

- a) Relatório detalhado do cumprimento do objeto;
- b) Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- c) Cópia do Plano de Trabalho;
- d) Cópia do Termo de , Aditivo(s), e do Plano de Trabalho e suas alterações, com indicação das respectivas datas de publicação;
- e) Cópia da publicação no Diário Oficial da União, do extrato do Termo de Convênio;
- f) Relatório de Execução Físico-Financeira, demonstrando, inclusive, a aplicação da Contrapartida
- g) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos;
- h) Relação de pagamentos efetuados com os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** e os provenientes da contrapartida do **CONVENENTE** bem como dos provenientes da aplicação financeira;
- i) Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos do **CONCEDENTE**;
- j) Relação de treinados ou capacitados;
- k) Relação dos serviços prestados;
- l) Cópia do termo de aceitação provisória ou definitiva da obra, se o instrumento objetivar a execução de obras ou serviços de engenharia;

- m) Extrato da conta bancária específica, vinculada ao **CONVÊNIO**, no período do recebimento dos recursos até o último pagamento, contendo toda a movimentação dos recursos e também a conciliação bancária, quando for o caso;
- n) Extrato da conta de aplicação financeira, evidenciando todos os rendimentos auferidos no período;
- o) Cópia de contrato firmado com prestadora de serviços e seus aditivos, quando for o caso;
- p) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos não aplicados, se for o caso, à conta indicada pelo responsável pelo programa/projeto;
- q) Cópia do despacho de adjudicação e homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando for o caso;
- r) Termo de compromisso por meio do qual o conveniente obriga-se a manter os documentos relacionados a este Convênio pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar do término da vigência do contrato ou convênio, podendo mantê-los em arquivos digitais, se preferir;
- s) Declaração de cumprimento das disposições do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A prestação de contas deverá ser apresentada ao **CONCEDENTE** em até **30 (trinta) dias** após o término da vigência do presente **CONVÊNIO**, prorrogável por igual período, consoante determinação do art. 16 da Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2012. .

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O descumprimento do prazo para a prestação de contas, previsto no Parágrafo Primeiro desta **CLÁUSULA**, obriga o **CONCEDENTE** à imediata instauração de tomada de contas especial e ao registro do fato no SICONV.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do **CONVENIENTE** e devidamente identificados com referência ao título e número deste Convênio. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas do Gestor/Conveniente pelo Tribunal de Contas da União – TCU, relativa ao exercício da concessão.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Obriga-se o **CONVENIENTE** a apresentar, por cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso de violação ao disposto neste **Parágrafo**, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos da alínea “c” da **Cláusula Décima Primeira** deste Instrumento, na hipótese da não-remessa do documento no prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, o **CONVENIENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher à **CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL**:

- a) O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Convênio;
- b) O valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
  - b.1) quando não for executado o objeto da avença;
  - b.2) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
  - b.3) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- c) O valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados,

atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

d) O valor correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicado na consecução do objeto conveniado, na forma prevista do Plano de Trabalho, atualizado monetariamente;

e) O valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha havido a aplicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENS REMANESCENTES**

Os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos oriundos deste instrumento e remanescentes na data da conclusão do presente CONVÊNIO serão de propriedade do CONCEDENTE.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Findo o Convênio, observado o fiel cumprimento do objeto nele proposto e verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens poderão ser doados ao CONVENIENTE, por meio de instrumento específico, nos termos do artigo 8 §4º e artigo 15, IV do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este CONVÊNIO poderá ser rescindido, de pleno direito, pelo inadimplemento total ou parcial de quaisquer das cláusulas ou condições avençadas, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável, e, particularmente, quando constatadas as seguintes situações:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 54 da Portaria MPOG/CGU nº 507/2011;

c) Falta de apresentação da Prestação de Conta, no prazo estabelecido;

d) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

e) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O CONVÊNIO poderá, ainda, ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Nas ações promocionais relacionadas ao objeto deste CONVÊNIO, é vedado aos partícipes utilizar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal, devendo ser destacada a participação do CONCEDENTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência protocolada, telegrama ou fax.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As comunicações dirigidas ao CONCEDENTE deverão ser entregues no seguinte endereço: **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** – Esplanada dos Ministérios – Bloco “T” – Edifício Sede – 3º andar – Sala 324 – CEP: 70.064-900 – Brasília – DF.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As comunicações dirigidas ao CONVENIENTE deverão ser entregues no seguinte endereço: **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA** Rua



Padre Chiquinho, n.913, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, CEP 76.801-490.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As alterações de endereços e de número de fax ou telefone de quaisquer partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito, no SICONV.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato deste **CONVÊNIO** e de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, será providenciada para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

Em caso de conflito entre os partícipes o instrumento será submetido à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, nos termos do inciso III do art. 8 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010; e para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões decorrentes deste **CONVÊNIO**, que não possam ser resolvidas administrativamente, as partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia a qualquer outro.

E por estarem assim acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

**GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO**

Secretário Nacional de Justiça e Cidadania

**MARCUS EDSON DE LIMA**

Defensor-Geral de Justiça

Testemunhas:

1).....

2).....



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS EDSON DE LIMA**, Usuário Externo, em 30/12/2016, às 15:22, conforme o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO**, Secretário(a) Nacional de Justiça e Cidadania, em 30/12/2016, às 15:39, conforme o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador 3532311 e o código CRC B92AEDE9

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

---

Criado por rodrigo.cesar, versão 3 por rodrigo.cesar em 30/12/2016 14:58:56.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
NO RIO DE JANEIROAVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 1/2017 UASG 200116

Nº Processo: 08657061601201651. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa do ramo pertinente a prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação, operação de máquina roçadeira e coqueiragem, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00023. Edital: 13/01/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rodovia Presidente Dutra, Km 163 Vigário Geral - RIO DE JANEIRO - RJ ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200116-05-1-2017](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200116-05-1-2017). Entrega das Propostas: a partir de 13/01/2017 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 25/01/2017 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

GLENDIA CAMPOS CHAGAS  
Pregoeira

(SIDEIC - 12/01/2017) 200116-00001-2016NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
NO RIO GRANDE DO NORTE

## TRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017 UASG 200123

Nº Processo: 08664000072201710. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades da Sede, Sede do NOE, Delegacias e Postos de Fiscalização pertencentes a SRPRF/RN durante o ano de 2017. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Empresa criada para fornecimento de energia elétrica. Declaração de Dispensa em 12/01/2017. FRANCISCO JOSE FERNANDES, Pregoeiro. Ratificação em 12/01/2017. MARCELO HENRIQUE MONTENEGRO DE SA, Ordenador de Despesas. Valor Global: R\$ 321.214,48. CNPJ CONTRATADA: 08.324.196/0001-81 COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN.

(SIDEIC - 12/01/2017) 200123-00001-2017NE800044

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017 UASG 200123

Nº Processo: 08664000073201756. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de Água encanada e coleta de esgoto, através da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte CAERN, para o ano de 2017, atendendo assim as necessidades da Sede, Sede do NOE, Delegacias e Postos de Fiscalização pertencentes a SRPRF/RN. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Serviço prestado por órgão da administração criado com este fim específico. Declaração de Dispensa em 12/01/2017. FRANCISCO JOSE FERNANDES, Pregoeiro. Ratificação em 12/01/2017. MARCELO HENRIQUE MONTENEGRO DE SA, Ordenador de Despesas. Valor Global: R\$ 31.514,08. CNPJ CONTRATADA: 08.334.385/0001-35 COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE.

(SIDEIC - 12/01/2017) 200123-00001-2016NE800044

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
COORDENAÇÃO REGIONAL  
DE BAIXO TOCANTINS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 194011

Número do Contrato: 187/2015. Nº Processo: 08770000050201572. PREGÃO SISPP Nº 6/2015. Contratante: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - CNPJ Contratado: 09043986000151. Contratado: F.G. COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 187/2015, por seus 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações. Vigência: 07/12/2016 a 07/12/2017. Valor Total: R\$87.000,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800042. Data de Assinatura: 01/12/2016.

(SICON - 12/01/2017) 194035-19208-2016NE800005

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 194011

Número do Contrato: 188/2015. Nº Processo: 08770000050201572. PREGÃO SISPP Nº 6/2015. Contratante: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - CNPJ Contratado: 08538011000131. Contratado: DIAMOND SERVICE LTDA - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 188/2015, por mais 12 (doze) meses, reatuação dos valores contratados, bem como supressão de valor. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações. Vigência: 14/12/2016 a 14/12/2017. Valor Total: R\$56.781,87. Fonte: 100000000 - 2016NE800049. Data de Assinatura: 22/11/2016.

(SICON - 12/01/2017) 194035-19208-2016NE800005

## SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO

## EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 840963/2016. Nº Processo: 08025000093201671. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: PODER JUDICIARIO CNPJ nº 04034872000121. Objeto: O presente projeto tem por objeto implantar o Programa Justiça sobre Rodas, do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, na Comarca de Rio Branco, no intuito de levar a Justiça aos mais necessitados, possibilitando a ampla prestação jurisdicional pelo Estado.. Valor Total: R\$ 611.266,62. Valor de Contrapartida: R\$ 62.121,62. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 549.145,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800896. Valor: R\$ 549.145,00. PRTES: 120598. Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304101, Vigência: 31/12/2016 a 01/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: MARIA CEZARINETE DE SOUZA AUGUSTO ANGELIM CPF nº 040.757.652-53.

Espécie: Convênio Nº 840967/2016. Nº Processo: 08025000118201637. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA CNPJ nº 34870576000121. Objeto: O presente projeto tem por escopo a aquisição de grupos geradores e notebooks para a Comarca de Santana-AP. Valor Total: R\$ 493.500,48. Valor de Contrapartida: R\$ 9.676,48. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 483.824,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800898. Valor: R\$ 483.824,00. PRTES: 120592. Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304104, Vigência: 31/12/2016 a 30/06/2018, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: SUELI PEREIRA PINI CPF nº 192.164.752-34.

Espécie: Convênio Nº 840972/2016. Nº Processo: 08025000117201692. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RORONIA CNPJ nº 01972076000195. Objeto: O presente convênio tem por finalidade o aperfeiçoamento e a reestruturação da sede do Ministério da Defensoria Pública no Município de Coaraci, por meio da aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos. Valor Total: R\$ 510.458,00. Valor de Contrapartida: R\$ 10.458,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 250.000,00; 2017 - R\$ 250.000,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800925. Valor: R\$ 500.000,00. PRTES: 120589. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304104, Vigência: 31/12/2016 a 01/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: ANTONIO FONSECA TOURA COIMBRA CPF nº 574.416.007-82.

Espécie: Convênio Nº 840972/2016. Nº Processo: 0802500011201651. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA CNPJ nº 34870576000121. Objeto: O presente projeto tem por escopo a aquisição de solução (STORAGE) para armazenamento de vídeo monitoramento.. Valor Total: R\$ 372.333,33. Valor de Contrapartida: R\$ 33.656,33. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 338.677,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800938. Valor: R\$ 338.677,00. PRTES: 120578. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304104, Vigência: 31/12/2016 a 30/06/2018, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: SUELI PEREIRA PINI CPF nº 192.164.752-34.

Espécie: Convênio Nº 840973/2016. Nº Processo: 08025000120201614. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA CNPJ nº 34869354000199. Objeto: Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para estruturar a nova casa da cidadania de Laranjal do Jari. Valor Total: R\$ 288.698,00. Valor de Contrapartida: R\$ 27.450,00. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 161.248,00; 2017 - R\$ 100.000,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800940. Valor: R\$ 261.248,00. PRTES: 120577. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304104, Vigência: 31/12/2016 a 01/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: ROBERTO DA SILVA ALVARES CPF nº 165.834.932-68.

Espécie: Convênio Nº 841114/2016. Nº Processo: 08025000098201602. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: PODER JUDICIARIO CNPJ nº 04034872000121. Objeto: Oferecer ao cidadão residente na Cidade do Povo e bairros adjacentes, serviços gratuitos de assistência jurídica voluntária e mecanismos para a solução de conflitos, assim como promover a inserção social e a prestação de informações sobre serviços públicos, cidadania e direito, disseminando práticas institucionais voltadas à promoção de proteção de direitos fundamentais e acesso à justiça.. Valor Total: R\$ 321.481,97. Valor de Contrapartida: R\$ 32.387,97. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 190.590,90; 2017 - R\$ 98.503,10. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800956. Valor: R\$ 289.094,00. PRTES: 120580. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304101, Vigência: 31/12/2016 a 01/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: MARIA CEZARINETE DE SOUZA AUGUSTO ANGELIM CPF nº 040.757.652-53.

Espécie: Convênio Nº 840953/2016. Nº Processo: 08025000119201681. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DPGE CNPJ nº 31443526000170. Objeto: O presente projeto tem por objetivo a modernização da infraestrutura de atendimento de modo a suprir a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com a aquisição de um veículo van para transporte de material e pessoas.. Valor Total: R\$ 139.463,33. Valor de Contrapartida: R\$ 27.892,66. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 111.570,67. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800923. Valor: R\$ 111.570,67. PRTES: 120571. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304135, Vigência: 31/12/2016 a 31/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: ANDRE LUIS MACHADO DE CASTRO CPF nº 006.186.367-06.

Espécie: Convênio Nº 840954/2016. Nº Processo: 08025000122201603. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DPGE CNPJ nº 31443526000170. Objeto: O presente projeto tem por objetivo a modernização da infraestrutura de atendimento de modo a suprir a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro de digitalizar os documentos que instruem os processos judiciais fruto do atendimento nos órgãos de atuação.. Valor Total: R\$ 505.034,00. Valor de Contrapartida: R\$ 101.006,80. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 404.027,20. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800927. Valor: R\$ 404.027,20. PRTES: 120571. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304135, Vigência: 31/12/2016 a 31/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: ANDRE LUIS MACHADO DE CASTRO CPF nº 006.186.367-06.

Espécie: Convênio Nº 840955/2016. Nº Processo: 08025000116201648. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 04142491000166. Objeto: A presente proposta para celebração de convênio tem por finalidade a Modernização da Promotoria Regional de Itapetinga através da aquisição equipamentos e infraestrutura de TI e veículo objetivando contribuir para democratização do acesso a justiça.. Valor Total: R\$ 258.918,64. Valor de Contrapartida: R\$ 17.006,64. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 241.912,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800973. Valor: R\$ 250.000,00. PRTES: 120569. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304107, Vigência: 31/12/2016 a 01/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: MARCIO JOSE CORDEIRO FAHEL CPF nº 471.222.775-34.

Espécie: Convênio Nº 840958/2016. Nº Processo: 08025000114201659. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA CNPJ nº 04142491000166. Objeto: A presente proposta para celebração de convênio tem por finalidade a modernização e o aperfeiçoamento do MPBA com a aquisição de veículos e motocicletas para equipar as unidades objetivando contribuir para democratização do acesso a justiça.. Valor Total: R\$ 181.497,70. Valor de Contrapartida: R\$ 36.350,70. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 145.147,00. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800931. Valor: R\$ 145.147,00. PRTES: 120583. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304107, Vigência: 31/12/2016 a 01/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: MARCIO JOSE CORDEIRO FAHEL CPF nº 471.222.775-34.

Espécie: Convênio Nº 840959/2016. Nº Processo: 08025000111201615. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DPGE CNPJ nº 31443526000170. Objeto: O presente projeto tem por objetivo a modernização da infraestrutura de atendimento de modo a suprir a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com transporte suficiente a garantir o deslocamento e entrega de materiais, desta forma garantido a eficaz execução da atividade final que é o bom atendimento aos usuários.. Valor Total: R\$ 170.700,00. Valor de Contrapartida: R\$ 33.273,33. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 137.426,67. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800894. Valor: R\$ 137.426,67. PRTES: 120556. Fonte Recurso: 0100, ND: 44304135, Vigência: 31/12/2016 a 31/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO CPF nº 021.604.318-26, Conveniente: ANDRE LUIS MACHADO DE CASTRO CPF nº 006.186.367-06.

Espécie: Convênio Nº 840960/2016. Nº Processo: 08025000113201612. Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Conveniente: DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DPGE CNPJ nº 31443526000170. Objeto: O presente projeto tem por objetivo a modernização da infraestrutura de atendimento de modo a suprir a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com aparelhos de ar condicionado, essenciais às suas atividades e para atendimento ao público.. Valor Total: R\$ 100.316,04. Valor de Contrapartida: R\$ 20.166,64. Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 80.149,40. Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800897. Valor: R\$ 80.149,40. PRTES: 120564. Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304135, Vigência: 31/12/2016 a